

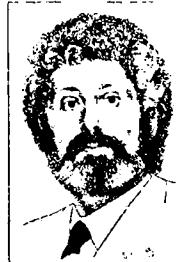
ODED GRAJEW

As técnicas mais sofisticadas da medicina praticada na Idade Média recomendavam a sangria do paciente acometido de males que os remédios clássicos não conseguiam debelar. Era relativamente simples: chamavam-se os sábios da medicina da época, que também eram exímios barbeiros, e logo eles tratavam de extraírem sangue do paciente, convencidos de que o líquido vital para a sobrevivência estava eivado de substâncias impuras. Os mais reincidentes não hesitavam em servir de competentes sanguessugas, sedentos, vermes burocratas que se punham a parasitar no corpo do paciente.

Relatos de época indicam que a sangria não só enfraquecia fisicamente o paciente, mas também o deixava em estado de desalento. Prostrado, o doente poderia até se recuperar momentaneamente. Em seguida, com frequência, voltava a adoecer, acometido de novas doenças físicas ou espirituais.

Prolongados repouso eram prescritos, semanas ou meses em alguma enxerga a um canto dos escuros quartos da época.

No moderno Brasil de vésperas do século 21, ainda há quem acredite na eficácia da sangria. Se os agentes econômicos continuam alimentando a inflação para se proteger, o remédio é atingi-los por meio da sangrenta recessão desatada pelos altos juros, do aumento da carga tributária, da depressão salarial e da abertura indiscriminada às importações. Tudo isso cria ainda mais desconfiança e a cri-



A saída para a crise

ESTADO DE SÃO PAULO
23 NOV 1991

se hoje é gravíssima.

Chegamos ao fundo do poço. Não dá mais para cruzar os braços, ou ficar só protestando, à espera das próximas eleições, do Messias ou da desagregação das instituições políticas.

É como se estivéssemos no meio de um incêndio. Há duas atitudes possíveis: ou saímos todos correndo ao mesmo tempo, matando-nos uns aos outros, morrendo ao saltar pelas janelas, ou procuramos todos juntos sair de forma organizada, de uma forma cooperativa, salvando nossa vida.

Há uma saída organizada da profunda crise econômica, política e social em que estamos mergulhados. No entanto, é impossível que essa saída seja construída apenas por um líder, um partido ou um grupo da sociedade. Apenas esforços conjuntos, articulações e grandes acordos poderão acender a luz no fim do túnel.

O que a sociedade — empresários, trabalhadores, profissionais liberais, consumidores, marginalizados, meninos de rua — espera é que os partidos políticos sejam capazes de deixar suas diferenças de lado. Pelo menos os partidos comprometidos com a democracia e a justiça social deveriam se articular em torno de uma saída organizada para a crise.

Acertados os ponteiros, os partidos deveriam ir negociar com o presidente Fernando Collor um programa nascido do consenso social. Nada mais natural que desse entendimento, conduzido com coragem e desprendimento pelas partes, nasça uma nova composição ministerial. Não é necessário que o presidente demita todos os seus colaboradores. Basta que todos os ministros, contando com a confiança do presidente, estejam comprometidos com esse

grande acordo político.

Consistentes com esse entendimento, empresários, trabalhadores, partidos e governo procurariam firmar um acordo social pautado por uma política de rendas que estabilize a inflação, com o aumento da participação dos salários na renda nacional, por políticas industrial e agropecuária que propiciem o desenvolvimento com justiça social. E pela modernização das relações capital-trabalho.

Todas essas ações podem se dar simultaneamente à adoção imediata de medidas de emergência que tenham um único objetivo fundamental: orientar a recuperação da credibilidade dos atos de governo, para que os agentes possam voltar a confiar no futuro do País e, portanto, parar de se proteger de fantasmas reais e imaginários.

Tais medidas poderiam ser, por exemplo, uma reforma fiscal que não onere a produção, não puna os salários e não encareça ainda mais os produtos. Hoje, 60% do custo da cesta bá-

sica é composto de impostos e encargos financeiros. A população não sabe, mas está comendo impostos e juros. Precisamos de uma reforma tributária que simplifique a carga e amplie a base de arrecadação, desarmando a bomba de efeito retardado representada pela crescente negociação fiscal.

Outra medida poderia ser alterar as normas de licitações públicas, barateando o custo das obras e evitando a corrupção. Hoje, a corrupção aumenta em até 40% o custo das obras públicas, o que é pago pelo contribuinte. Entretanto, se prefeituras, governos federal e estaduais alterassem alguns pontos da legislação, como por exemplo a questão do preço mínimo e do sorteio público entre os habilitados, no caso de empate na classificação final, poderiam eliminar a possibilidade de corrupção.

Todas estas são propostas contidas em documento divulgado pelo PNBE. São as propostas que o PNBE apresenta à sociedade. Esperamos que surjam outras, que os partidos se mobilizem, que os cidadãos ajam. O que não pode continuar é esse marasmo, esse vazio que agrava ainda mais a crise.

Enfim, também é preciso, na linha da recuperação da credibilidade, eliminar os critérios fisiológicos e clientelistas que desperdiçarão verbas públicas no orçamento da União de 1992. Outra medida factível é instalar fóruns de desenvolvimento nos demais Estados e municípios, a exemplo do Fórum de Desenvolvimento paulista, que mostra como é possível caminhar sem mergulhar os cidadãos na sangria da recessão.



■ Oded Grajew é coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).